

“A Cultura como eixo estratégico”

Nos temas das comunicações, quando nos são propostos por terceiros, como é o caso, fica sempre a dúvida sobre o sentido dado pelo proponente ao nome das coisas e a compatibilidade ou adequação do que entendemos nos mesmos nomes.

Percebo que a expressão “eixo” pretende referir a Cultura como elemento determinante de um mecanismo, que neste caso será a comunidade – assimilando comunidade a sociedade. Percebo que a terminologia não pretende afirmar a comunidade como uma máquina, mas, metaforicamente, dizer que a Cultura é elemento decisivo do Social. Por esse lado, dizer “eixo estratégico” pode ser redundante. Ou talvez não. Poderá querer dizer-se que este elemento decisivo do Social – sendo social aqui tudo o que respeita à Sociedade, deve ser considerado num plano, num projecto social e que nesse projecto, a cultura tem um papel central, como as fundações numa casa.

A “estratégia”, palavra também presente no título do painel, usando a linguagem da gestão e adaptando-a a esta matéria, vive de três momentos:

1 - o “pensamento estratégico”: será o momento de “construção do sensível” na perspectiva de Jacques Rancière: trata-se da delimitação de espaços e tempos, do visível e do invisível, do discurso e do ruído, que, simultaneamente, determinam a atitude política como forma de experiência. Esta “atitude política” corresponde a uma escolha de um

propósito exteriorizado e materializado em acção e tem na intuição, na capacidade de sintetizar e projectar o real um aspecto determinante.

2 - o "planeamento estratégico", que consiste, a partir de um pensamento estratégico, no processo de recolha e tratamento de informação sobre as envolventes contextuais e a sociedade em análise, levando à tomada de decisões através das quais a intervenção se adapta, modifica e actua sobre o contexto e a sociedade.

3 - a "gestão estratégica", que utiliza o planeamento estratégico para a implementação coerente de medidas e constrói mecanismos de avaliação e controlo de resultados.

Não sendo uma comunidade humana redutível a um conjunto de variáveis mais ao menos limitadas (por exemplo, uma pequena empresa), dificilmente estes passos são dados com esta clareza e simplicidade.

Todavia, este exercício interpretativo procura olhar a Cultura como elemento fundador do Social. Procura perceber o conceito, ou melhor, a pluralidade de conceitos que a palavra envelope.

Que Cultura é esta?

A cultura do arroz? Cultura de bactérias? As "duas culturas" de Snow?
A "kultur" alemã? A "civilisation" francesa?

Ou talvez, a Cultura como objecto compósito que releva tanto da história das ideias e das representações sociais como das histórias e

construções materiais e pessoais, do tempo passado, presente e da projecção do tempo futuro? Da Cultura que corresponde à capacidade de operar pessoal e/ou socialmente?

Uma Cultura que é mais que a manifestação hegeliana do espírito no tempo, na sociedade, nos protagonistas sociais, mais que um reflexo do materialismo histórico, uma superestrutura social, mais que uma decorrência do inconsciente pessoal ou social freudiano ou junguiano, mais que uma manifestação braudeliana de longa duração histórica, eventualmente mais que a decomposição interpretativa foucaultiana.

Que Cultura é eixo estratégico?

Simplificando, intui-se, como Sebastião da Gama em relação ao sonho, que “pela Cultura é que vamos”.

Essa intuição será decisiva para a construção do Portugal contemporâneo?

Qual a efectiva importância do discurso cultural nas políticas de fôlego, nos eixos, nas linhas que sustentam o andar da roda?

Queremos todos que o País se desenvolva. A Cultura é desenvolvimento?

Julgo que devíamos deixar cair o chavão do “desenvolvimento”.

Como diz Immanuel Wallerstein, o conceito de desenvolvimento foi-se afirmando na segunda metade do século XX como conceito operativo

para justificar uma certa leitura do mundo, ou, se se quiser, do "sistema-mundo" – haveria países mais desenvolvidos e países menos desenvolvidos. Criando esta simplificação, que evitava o confronto civilizacional com grandes civilizações como a China, a Índia, o Japão, o mundo árabe, e remetendo para o primitivismo muitos povos, como os aborígenes australianos, africanos ou ameríndios com toda a sua herança sapiencial, seria possível afirmar os Estados Unidos como o país mais "desenvolvido" com todas as decorrências axiomáticas. Não será por acaso que nos Estados Unidos, nesta época, surgem os "cultural studies".

Não digo isto para minorar o papel de uma nação notável a muitos títulos. Digo-o, simplesmente, para procurar perceber o modo como a palavra desenvolvimento condicionou a leitura do "sistema-mundo" na segunda metade do século XX.

Prefiro, por isso, não falar na necessidade de nos "desenvolvermos" mas na necessidade de continuar a construir, a densificar, a comunidade.

Se usássemos um outro sistema interpretativo, o de "centro-periferia", seríamos um território periférico, apesar da não concordância do Professor Adriano Moreira sobre essa interpretação geo-política.

Ainda, se usarmos o enfoque de Manuel Castells, a "sociedade em rede", que se mede por fluxos de informação, pelas redes interactivas, pela comunicação electrónica, continuaremos pouco confortáveis sobre o nosso lugar no Mundo.

O que se pode, pela Cultura, fazer por este território a que podemos chamar, se verdadeiramente quisermos, Pátria, Mãria?

Fiz um levantamento, devo dizer, bastante superficial, através da Internet e socorrendo-me, entre outros elementos, do excelente livro "As Políticas Culturais em Portugal", coordenado por Maria de Lourdes Lima dos Santos, sobre o modo como a Cultura tinha passado pelo Governo do País, desde o início da década de 30 e na sequência do golpe militar de 1926 que conduziu Salazar ao Poder.

Em 1933, foi criado o Secretariado da Propaganda Nacional, transformado em 1944 no Secretariado da Informação e Cultura Popular, que integrava a Direcção Geral de Informação – a este dispositivo acrescenta-se a Direcção dos Serviços de Censura (que, eufemisticamente, no período marcelista passou a chamar-se "exame prévio") e a Junta de Educação Nacional.

Cite-se a escritora Virgínia Castro e Almeida, que, em 1927, de acordo com citação retirada da "História do Ensino em Portugal" de Rómulo de Carvalho, dizia, considerando que nessa data havia em Portugal 75% de analfabetos: "A parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa reside nesses 75% de analfabetos(...). Que vantagens foram buscar à escola? Nenhunas. Nada ganharam. Perderam tudo. Felizes os que esquecem as letras e voltam à enxada(...)". Muitos outros autores se exprimiam no mesmo tom à época.

Da reforma do Ensino herdada da I República, que o levava até aos 15 anos de idade, o Estado Novo apressou-se a efectuar reduções. Em

1929, o ensino elementar estava já estatuído em três anos, sendo a 4ª classe complementar. Só em 1969 o ensino elementar se estenderia a 5 anos. Esta situação marcou de forma indelével o século XX português e ainda nos tolhe os passos como indivíduos e como comunidade.

Com o 25 de Abril de 1974, o I Governo Provisório, no seu Programa, dedicou diversas medidas à Cultura: ligação da Cultura à Educação e à Comunicação Social, importância atribuída à democratização da Cultura e à Língua Portuguesa.

Em 1976, o Programa do I Governo Constitucional, explicita quatro tarefas prioritárias do Governo na área da Cultura: património cultural, investigação e fomento cultural, espectáculos e acção cultural, tendo sido a Secretaria de Estado da Cultura, já criada a quando do 1º Governo Provisório, colocada na dependência directa do 1º Ministro.

O III Governo Constitucional, de iniciativa presidencial, põe a tónica na democratização da Cultura, na alfabetização, no associativismo juvenil, na animação sócio-cultural, no reforço da identidade nacional.

Em 1979, diz o Programa do V Governo Constitucional: "Todos os cidadãos são sujeitos e não meros objectos de acção cultural".

Com os Governos da Aliança Democrática (PPD/CDS/PPM), de 1980 a 1983, os temas do Património, da identidade nacional, da democratização da Cultura são privilegiados.

O IX Governo Constitucional, o chamado Governo do Bloco Central, cria o Ministério da Cultura.

De 1985 a 1995, com os Governos PSD, enunciam-se princípios de universalidade de acesso aos bens culturais, preservação do património, descentralização, valorização da língua portuguesa. O Ministério da Cultura passa a Secretaria de Estado.

De 1995 a 2002, com Governos PS, pretende-se a democratização da Cultura, a descentralização, a internacionalização, a profissionalização. Cria-se o Ministério da Cultura e avança-se com uma re-estruturação orgânica.

Os XV e o XVI Governos Constitucionais, do PSD, de 2002 a 2005, desaceleram a actividade do Ministério da Cultura mas mantêm a mesma teia de valores de referência.

O XVII Governo Constitucional da III República, em funções, no seu Programa, diz pretender promover a qualificação dos portugueses, considera que a "Cultura tem um papel central e transversal no conjunto das políticas sectoriais".

O PSD, para as eleições legislativas de 2005 ganhas pelo PS, propunha nesta área "a Cultura ter um papel central e transversal no conjunto das políticas sectoriais".

O PCP não considerava a Cultura como uma política horizontal mas afirmava-a como “proposta de desenvolvimento educativo, científico e cultural”.

Não se conseguiu encontrar as propostas do Bloco de Esquerda para esta área nas últimas eleições legislativas.

Esta sequência permite deduzir o seguinte: desde o 25 de Abril de 1974, no campo das intenções, os partidos mais votados e os Governos provisórios, de iniciativa presidencial ou sufragados pelo voto, propuseram nos seus programas linhas muitas vezes similares, complementares ou subsidiárias.

Sabemos, todavia, que a prática política por muitas vezes também demonstrou a diferença entre estes programas e a acção.

Exemplo disso, só para nos referirmos ao momento actual (mas muitos exemplos anteriores poderiam ser usados, de diferentes governos, de diferentes partidos) é o enunciado e a prática do actual Governo nesta matéria:

- o Orçamento de Estado para 2007 reduz a despesa do Ministério da Cultura em 17,7 milhões de euros, correspondendo a um corte de 7% em relação a 2006 – o orçamento será de 236,8 milhões de euros, ou seja, 0,4% da despesa da Administração Central e 0,1% do PIB, baixando para níveis nominais inferiores ao ano 2000 e só encontrando equivalente em percentagem do Orçamento de Estado no ano de 1990.

- O Orçamento do Ministério da Educação diminuiu 4,2% em relação a 2006. Nessa área, o investimento caiu 18%. O ensino do Português no estrangeiro recebe menos 8% que no ano transacto.

Note-se, por curiosidade, que no Capítulo II, nº 2 do Programa do actual Governo se afirma como objectivo “Retirar o sector da Cultura da asfixia financeira em que três anos de governação à direita o colocaram.”

Pergunta-se: nos propósitos enunciados pelos governos pós 25 de Abril ou na prática política dos mesmos, tomou-se a Cultura como eixo estratégico?

A resposta é não.

Também se poderá perguntar se a análise deve respeitar só aos Governos e à Administração Central.

Não só, mas é certo que ela representa ainda um dispositivo decisivo para a Cultura no momento que vivemos. É claro que os Governos Regionais e as autarquias locais têm um papel crescente nas políticas culturais, tendo, actualmente, a soma dos seus orçamentos ultrapassado a do orçamento do Ministério da Cultura. E não nos podemos esquecer dos protagonistas privados fundações, empresas, associações, IPSSs, grupos de cidadãos. Todo o sector junto, apesar das dificuldades de aferição através da classificação de actividades económicas do Instituto Nacional de Estatística, já correspondem a mais de 160 000 empregos em Portugal. E, de acordo com um recente

estudo do Eurostat, de Novembro de 2006, a área económica da Cultura em Portugal sobe a um ritmo superior a 12%/ano, o que é notável, comparado com o desempenho da nossa economia no seu todo. Aliás, o peso económico da Cultura na Europa a 25 é hoje decisivo, correspondendo a 2,6% do seu PIB e empregando mais de 5,8 milhões de pessoas. Estes números deviam fazer-nos levar mais a sério as políticas culturais, também na perspectiva do desenvolvimento económico imediato.

De acordo com os últimos Censos do INE, de 2001, residem em Portugal 10 355 824 indivíduos, dos quais 4999964 eram homens e 5355860 eram mulheres. Em relação a 1991, a população cresceu 5%, sendo que o maior impulso para este crescimento foi dado pela imigração, com a entrada registada nesse período de 361100 estrangeiros. Sabe-se que o fluxo migratório continua até hoje. A população continua a esvair-se do Interior e a concentrar-se no Litoral. Regista-se um forte envelhecimento da população, tendo a percentagem de idosos ultrapassado a de jovens. De 1981 para 2001, o índice de envelhecimento aumentou de 45 para 103 idosos por 100 jovens. Aumentaram significativamente os indivíduos em união de facto (representam 7% dos casados em 2001). Divorciados e separados são 2,7% do total da população. Em 2001, existiam 3650612 famílias clássicas, traduzindo um acréscimo de 16% entre 1991 e 2001. As famílias de maior dimensão tem vindo a perder expressão, tem aumentado significativamente as famílias unipessoais e as famílias compostas por duas pessoas. A dimensão média da família em Portugal tem vindo a diminuir, sendo e, 2001 de 2,8 pessoas por família, quando era 3,4 e, 1981. O Norte e as Regiões Autónomas tem valores superiores à dimensão média da família.

Na educação, o nível de instrução aumentou: em 2001, 10,6% da população atingiu o Ensino Superior e 15,4% o Ensino Secundário. Ainda temos 9% de analfabetos, ou seja, 838140 indivíduos.

A quase totalidade dos alojamentos tem electricidade, água e esgotos.

Neste cenário, o que pode a Cultura fazer?

Os indicadores de desenvolvimento humano das Nações Unidas remetem-nos, por vezes de forma clamorosa, como é o caso da educação, para níveis inferiores aos dos nossos parceiros da União Europeia. O nosso destino como País, como Estado, como Nação, está, neste momento, indelevelmente ligado ao projecto europeu. Diferentemente de países como a Espanha, a Irlanda, a Grécia, que enriqueceram na sequência de entrada para o Euro, nós empobrecemos.

Só poderemos chegar a um espaço de parceria, de igual para igual – a tal convergência real – ao ritmo actual, talvez daqui a 70 anos (com base nos dados actuais).

A Cultura, conceito operativo compósito é uma chave de construção pessoal e social de grande valor. Pode acelerar a criação de competências e contribuir para um novo perfil de comportamento dos portugueses: mais coesos, mais solidários, mais trabalhadores, mais empreendedores, mais empenhados em aprender, mais conscientes da necessidade de humildade, mais criativos, mais honestos intelectualmente, mais reconhecedores dos melhores, mais exigentes

a todos os níveis – no espaço habitado, no ambiente, nos fluxos urbanos, na aprendizagem. É deste sentido de Cultura que falo ao falar da Cultura como eixo de desenvolvimento – assumir um novo paradigma cultural – passar do paradigma a que António Sérgio chamava “política de transporte” e que eu transporia para “cultura de transporte”, para uma “cultura de fixação”: fixação de quadros, de novas competências, de empresas de qualidade, de cidades sustentáveis, de organização do território, etc. etc.

É preciso fixar, mas para fixar é preciso mexer muito e depressa.

As políticas culturais e educativas podem dar uma chave que estimule a colectividade. Portugal já não se pode reconstruir com políticas monetárias ou cambiais, já não regula o mercado interno. O que controlamos?

Procuremos na Cultura uma chave de leitura e acção para a construção do nosso futuro.

Jorge Barreto Xavier

16 de Dezembro de 2006